

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Negociação	2
Título: Eunício ameaça ir ao STF para evitar megaleilão	4
Título: Colunas	6
Título: Fazenda sugere tributo automático para combustíveis	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Fazenda indica veto a pautas-bombas, e Eunício ameaça travar Orçamento	9
Título: TRT confirma suspensão de leilão da Eletrobras	12
Título: Empresa de energia evoca presunção de inocência	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Decisão judicial suspende leilão de distribuidora	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Gasolina a R\$ 3,95 em postos do Plano	14
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Indústria petrolífera vê nova gestão com otimismo	15
Título: Setor de gás e energia está otimista com novo governo	16
Título: Energia mira 2019 com misto de otimismo e incertezas	17
Título: Com agenda intensa, setor elétrico aguarda definição de corpo técnico	18
Título: Justiça ratifica que suspensão de leilões vale para Amazonas Energia	21
Título: Eletrobras paga US\$ 15 milhões para se livrar de ação coletiva nos EUA	22
Título: Destaques	23
Título: TCU pede mais dados e Guardia defende PL da cessão onerosa	24

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/12/2018****Seção: Economia****Autor: GERALDA DOCA E CAROLINA BRÍGIDO****Título: Negociação**

Multas voltam a valer, e equipe de transição já discute nova tabela para o transporte de carga

Em uma ação articulada com futuro governo, a Advocacia- Geral da União (AGU) entrou em campo e conseguiu derrubar uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux que suspendia a cobrança de multas das empresas que não estavam cumprindo a tabela do frete. A decisão gerou protestos de caminhoneiros no início desta semana e mobilizou a equipe de transição.

Foi fechado um acordo com a equipe de transição e com o próprio Fux de que era preciso revogar a decisão, porque ela tornava sem validade a lei que estabeleceu a política de preços mínimos no transporte rodoviário de carga — o que poderia estimular uma nova greve da categoria na virada do ano. A medida foi umas das principais reivindicações da paralisação da categoria em maio.

Ao voltar atrás, Fux argumentou que a decisão poderia prejudicar as negociações do setor com o futuro governo. Ele pediu que o presidente do STF, Dias Toffoli, incluía com urgência o caso para julgamento em plenário, com a presença dos 11 ministros. Além do aval à ofensiva da AGU no STF, a equipe de transição já discute uma nova tabela de frete, que deve ser apresentada em janeiro pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para substituir a atual.

A proposta ficará em consulta pública para que todos os agentes do setor possam dar sugestões. Uma das principais críticas do setor produtivo e que foi levada em consideração por Fux ao suspender as multas é que a tabela vigente foi elaborada de forma unilateral pela ANTT, no afogadilho, para acabar com a greve.

Ela conteria erros de cálculo de custo e distorções, como considerar um só tipo de caminhão (número de eixos) para diferentes tipos de carga. A nova contemplará vários tipos de veículos para diversos tipos de carga.

DIESEL: OPÇÃO À SUBVENÇÃO

Ao mesmo tempo, técnicos da futura equipe econômica discutem a criação de um fundo de compensação com a Cide (tributo que incide sobre os combustíveis), para evitar a flutuação excessiva nos preços do combustível. A ideia é que o tributo sirva como um colchão para acomodar a variação dos preços do petróleo no mercado internacional.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, já sinalizou à sua equipe que não quer que a Petrobras volte a adotar a sistemática anterior à greve dos caminhoneiros, em que os preços oscilavam quase que diariamente. Segundo um técnico do novo governo, não há espaço no Orçamento de 2019 para prorrogar o programa de subvenção do diesel, que vence no dia 31 de dezembro.

O novo fundo de estabilização de preços, como vem sendo chamado, seria a alternativa. O futuro ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, assegurou que algo será colocado no lugar do programa de subvenção do diesel. Ele disse também que vai trabalhar para que a tabela do frete seja cumprida no país, mas em novos parâmetros, mais aderentes ao mercado, estabelecendo um piso correto que cubra os custos e remunere os caminhoneiros.

Destacou, porém, que tudo será negociado com a categoria. —Vamos aprofundar o diálogo com os caminhoneiros. Essa é uma das prioridades do governo. Ele afirmou que pretende adotar outras medidas, como criar um cadastro para os caminhoneiros autônomos e eliminar os atravessadores, com a elaboração de aplicativos que liguem diretamente motoristas e embarcadores.

Embora integrantes da equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliem que o tabelamento representa uma interferência do Estado na economia, a percepção é que não é hora de revogar a medida. Há consenso de que o problema do frete foi criado por um desequilíbrio entre a oferta, estimulada pelo financiamento do BNDES para renovação de frota, e a demanda, que caiu com a crise na economia.

No entanto, por se tratar de um segmento que pode afetar a população, a expectativa é que, com a retomada da atividade econômica, a situação volte a se equilibrar, e a tabela se torne desnecessária naturalmente.

REUNIÃO NA AGU

A advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, recebeu ontem líderes dos caminhoneiros, quando comunicou a decisão do órgão de recorrer ao STF. Ela destacou que o novo governo dará prioridade à tabela do frete. O futuro ministro da Cidadania, Osmar Terra, um dos interlocutores do governo com os caminhoneiros, também participou da reunião.

— Pedimos ao ministro Luiz Fux para reconsiderar a decisão dele e aguardar a nova gestão governamental, que vai assumir o rumo dessa política a partir do dia 1º de janeiro. Essa questão, que envolve toda a categoria, vai ser objeto de um olhar atento do novo governo —disse a ministra.

Com a decisão de Fux, a ANTT poderá voltar a multar as empresas em caso de descumprimento da tabela do frete. Em vigor desde novembro, a resolução do órgão prevê multas entre R\$ 550 e R\$ 10,5 mil, considerando também anúncios de fretes abaixo do preço mínimo.

O presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer, disse que a categoria quer que a ANTT não emita o documento de autorização de transporte, chamado Código Identificador da Operação de Transportes (Ciot), se o valor do frete estiver abaixo do piso: — Com isso, não precisaremos de multa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/12/2018

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E AMANDA ALMEIDA

Título: Eunício ameaça ir ao STF para evitar megaleilão

Presidente do Senado diz que governo articula com TCU para realizar licitação sem o aval dos parlamentares. E classifica como retaliação o pedido de veto da Fazenda à prorrogação de incentivos fiscais aprovada pelo Congresso

A disputa entre o Congresso e governo em torno de um megaleilão de petróleo no pré-sal, com potencial de arrecadação de até R\$ 100 bilhões, ganhou um novo contorno ontem. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), ameaçou ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar a realização da licitação sem aval dos parlamentares.

Eunício reagiu a informações de que o Tribunal de Contas da União (TCU) poderia permitir o leilão sem a aprovação de um projeto de lei que trata do assunto, em discussão no Senado. E classificou como retaliação do Ministério da Fazenda o pedido de veto que a pasta deve fazer à prorrogação de incentivos fiscais em áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aprovada pelo Congresso.

—Estou vendo agora que o leilão está marcado para o dia 17, com autorização não do Congresso Nacional, mas do Tribunal de Contas da União, que tem um

outro papel que não é de legislar, é de aplicar leis que são aprovadas por essa Casa e pelo Congresso Nacional — disse Eunício. O leilão, na verdade, ainda não tem data marcada.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), colegiado do governo federal, tem reunião na próxima segunda-feira que pode autorizar a realização da licitação. O certame ainda depende da assinatura de um acordo entre a União e a Petrobras. A avaliação da atual equipe do Ministério da Fazenda é que tanto a assinatura do acordo quanto o leilão necessitam da aprovação do projeto pelo Congresso.

— É um absurdo que esteja sendo feito um entendimento à margem do que determina a Constituição e ultrapassando o Congresso Nacional. Se ainda presidente eu for, sinceramente, vou pedir autorização ao plenário para, inclusive, entrar com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), porque não é correto que ultrapassem esta Casa — acrescentou Eunício.

Depois da promessa do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de dividir parte da arrecadação do leilão com estados e municípios, o projeto que permite a licitação travou.

O Senado quer a edição de uma medida provisória (MP) para garantir a partilha dos recursos antes de votar o projeto. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, por outro lado, afirma que qualquer repasse de dinheiro para governos regionais esbarra no teto de gastos. Eunício afirmou que estaria em curso uma articulação do governo com o TCU para permitir o leilão sem passar pelo Congresso.

Disse também que o pedido de veto que a Fazenda deve fazer ao Palácio do Planalto sobre os incentivos fiscais é uma retaliação da pasta ao Congresso Nacional. — Recebi informação de que o ministro da Fazenda vai pedir o veto a matérias votadas no Congresso, talvez em retaliação a esse Congresso por causa do acordo que ele quer fazer via TCU. Tenho muito respeito pelas decisões do TCU.

Mas não posso aceitar. Se ainda presidente for, vou convocar o Congresso para dizer que a pauta não é bomba. Não cria problemas para a área econômica. Pode ser uma retaliação por eu dizer que vou entrar com a Adin se a Constituição for desobedecida por quem quer que seja — disse Eunício.

IMPACTO DE R\$ 17,5 BILHÕES

Na terça-feira, a Câmara aprovou a prorrogação até 2023 de incentivos fiscais para empresas instaladas nas áreas de atuação das superintendências do

Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco).

A medida terá um impacto de R\$ 17,5 bilhões em cinco anos, segundo cálculos da Fazenda. Pela manhã, o ministro Guardia informou que a pasta analisa pedir ao presidente Michel Temer para vetar a proposta: —O que foi aprovado ontem (terça-feira) foi a possibilidade de novos benefícios, ampliando os benefícios que temos hoje.

A estimativa é de um impacto de R\$ 3,5 bilhões por ano, que não está previsto na projeção de receita de 2019. O problema é o acréscimo de benefícios. O benefício venceria neste ano. O projeto já foi aprovado no Senado e seguirá para a sanção presidencial. Com a prorrogação, empresas com projetos aprovados nessas três superintendências têm direito a redução de 75% do Imposto de Renda (IR) calculado com base no lucro.

O texto prevê ainda a possibilidade de retenção de 30% do IR devido como depósito para reinvestimento. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), segundo Guardia, determina que qualquer ampliação de benefício seja acompanhada de uma compensação no mesmo valor.

Nesse caso, seria necessário indicar algum aumento de imposto ou corte de outro incentivo para compensar a ampliação dos benefícios. —A redução de tributação tem que ser feita com aumento de imposto. Se ficar caracterizado que não está adequada junto à LRF, a tendência é recomendar o veto —disse o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Colunas

O filho de Jair

É bem verdade que ela não citou o nome de Flávio Bolsonaro. Mas Janaína Paschoal, eleita deputada em São Paulo pelo mesmo partido de Bolsonaro, disparou, no Twitter, contra quem se apropria do salário de seus funcionários: “A lógica da contratação precisa ser a capacidade do contratado e não a disponibilidade em dividir seus ganhos com o patrão”. Faz sentido.

O temor de apagar a luz

A privatização da Amazonas energia, que dava um prejuízo mensal de R\$200 milhões — dinheiro meu, seu, nosso — só foi possível pela posição intransigente da economista Ana Paula Vescovi. A ex-secretária do Tesouro avisou aos principais atores do processo que iria fechar a torneira de dinheiro público à elétrica.

Despejo no Valongo

O MP federal ajuizou, terça, ação civil pública contra a Ação da Cidadania. É para que a ONG desocupe em 30 dias o prédio Docas Pedro II, em frente ao Cais do Valongo, na Gamboa. Os procuradores querem ainda que o Ministério da Cultura providencie no local, imediatamente, a criação do centro de interpretação do Valongo, compromisso assumido pelo Brasil com a Unesco quando o cais recebeu o título de Patrimônio Mundial. O prazo para criação do centro acaba em dezembro de 2019.

DEMOCRACIA É MELHOR

Hoje, nos 50 anos do AI-5 — que mergulhou de vez o país nas trevas —, uma curiosidade: os 30 países com maior IDH (medida do bem-estar da população) são democracias consolidadas. Tudo a ver.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/12/2018

Seção:

Autor: MARTHA BECK E MANOEL VENTURA

Título: Fazenda sugere tributo automático para combustíveis

Proposta prevê implementar mecanismo para amortecer o impacto das oscilações dos preços internacionais do petróleo

O Brasil precisa de um mecanismo para amortecer o impacto das oscilações nos preços do petróleo internacional no mercado doméstico. Isso é o que defende a Secretaria de Acompanhamento Fiscal, energia e Loterias (Sefel), do Ministério da Fazenda, em documento que será encaminhado ao governo de transição.

O trabalho, intitulado “energia — Diagnóstico e propostas para o setor”, defende a utilização de um tributo regulatório. Segundo os técnicos da Sefel, a

melhor alternativa para o sobe e desce nos preços dos combustíveis —que acabou servindo como argumento para a greve dos caminhoneiros em maio — seria a implementação de um Mecanismo Automático de Amortecimento de Preços (Maap).

Nele, uma nova Cide(tributo que incide sobre combustíveis) subiria quando o petróleo estivesse mais baixo e baixaria quando o preço ficasse maior no exterior.

“O Maap é amplamente utilizado na comunidade internacional para que aumentos nos preços internacionais de combustíveis (gasolina, diesel, querosene, óleo combustível e GLP) não sejam repassados na sua totalidade, evitando tanto aumentos quanto quedas abruptas nos preços internos de varejo”, diz o texto.

MUDANÇA VIA PROJETO DE LEI

Para acabar com a greve dos caminhoneiros, que protestavam contra a variação diária nos preços do diesel, o governo criou uma subvenção do produto com recursos do Orçamento, com custo estimado em R\$ 9,5 bilhões. No entanto, o estudo aponta que esse tipo de medida exige uma previsão orçamentária, enquadramento nas metas fiscais e previsão dentro da programação financeira da União.

Assim, um tributo, com o qual os contribuintes teriam de arcar, seria uma alternativa mais eficiente. “É possível observar que o mecanismo da subvenção envolve maiores custos de transação e ineficiências.

Posto isso, reforça-se que, se for do interesse do governo brasileiro utilizar algum mecanismo para suavizar as flutuações dos preços internacionais do petróleo, entende-se ser mais apropriado implementar o Maap por meio de mecanismo tributário, uma vez que os mesmos objetivos podem ser atingidos com menores custos de transação e complexidade”, diz o documento.

A Fazenda sugere o encaminhamento de um projeto de lei que permita que a Cide possa variar de acordo com os preços internacionais do petróleo. E destaca que o tributo não teria o objetivo de reforçar a arrecadação. A ideia seria manter a carga tributária neutra.

Assim, o aumento do tributo poderia ser compensado pela redução do PIS/Cofins e da atual Cide. O trabalho também defende o fim da política de preços diferenciados para o GLP (gás de cozinha), uma vez que os mecanismos que existem para baratear o produto criam distorções no mercado e acabam não beneficiando apenas as famílias de baixa renda.

A Sefel aponta que seria mais eficiente a adoção de medidas específicas de transferência para os mais pobres. Uma possível solução seria revogar uma resolução que criou uma diferenciação de preços para o GLP e a adoção de instrumentos como vale - gás — criado em 2002 e no ano seguinte incorporado ao Bolsa Família como objetivo de permitir que as famílias de menor poder econômico adquirissem o produto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Fazenda indica veto a pautas-bombas, e Eunício ameaça travar Orçamento

Guardia rejeita benefícios ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste; Maia fala em deslealdade

A cúpula do Congresso Nacional e o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, entraram em conflito nesta quarta-feira (12) após os parlamentares aprovarem a ampliação de benefícios fiscais a empresas que se instalem no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incrementando o rombo nos cofres públicos.

Pela manhã, o ministro sinalizou que irá recomendar ao presidente Michel Temer que vete a medida.

Em seguida, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), reagiram com irritação.

“Guardia está sendo desleal com a Câmara dos Deputados”, afirmou Maia.

“As pessoas às vezes vão para um Ministério da Fazenda tão poderoso, como o Guardia, e acabam ficando um pouco autoritárias”, ironizou Maia, lembrando o poder que o Congresso tem de, com o apoio de pelo menos metade dos congressistas, derrubar vetos presidenciais.

Mesmo não havendo data ou confirmação de veto, Eunício ameaçou não votar o Orçamento de 2019 e manter o Congresso funcionando para analisar a medida.

“A pauta que foi aprovada, de prorrogação de incentivo, não é pauta-bomba. Não é criação de isenção de nenhum imposto. Não cria problema

absolutamente algum para a área econômica”, afirmou Eunício durante a sessão do Senado.

O projeto aprovado tem impacto de cerca de R\$ 5 bilhões no trecho que envolve Norte e Nordeste.

Já a parte de Centro-Oeste, incluída pelo plenário da Câmara nesta terça-feira (11), pode custar mais R\$ 3,5 bilhões, não previstos no Orçamento de 2019.

“Se houver o pedido de veto, eu vou fazer uma sessão extraordinária antes do fim do ano. Não votarei o Orçamento na semana que vem, vou fazer uma sessão extraordinária para solicitar aos parlamentares que derrubem esse veto, porque ele não é pauta-bomba. Ele não cria um centavo”, disse o presidente do Senado, que também comanda a pauta do Congresso Nacional.

Maia negou estar promovendo pautas-bombas e disse que os projetos foram discutidos com governadores e com o próprio Palácio do Planalto.

“Para quem me conhece sabe que minha preocupação sempre foi com as reformas e a austeridade fiscal. Só que essas pautas foram sendo construídas com os líderes partidários, governadores e com o governo federal”, disse Maia.

“A parte da Sudam [Amazônia] e da Sudene [Nordeste] estão no Orçamento. A da Sudeco [Centro-Oeste] eu também sou contra, mas foi aprovado. Nem ele [Guardia] é dono do plenário nem eu”, afirmou o presidente da Câmara.

Pelo texto aprovado no Congresso, serão prorrogados por cinco anos incentivos fiscais que venceriam em dezembro deste ano na Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e na Sudam (da Amazônia).

O parlamentares ainda estenderam os mesmos termos para a Sudeco (do Centro-Oeste), que hoje não recebe esses benefícios.

Durante todo o ano de 2018, Câmara e Senado aprovaram ou fizeram avançar projetos que somam um rombo de R\$ 259 bilhões para os próximos quatro anos do governo Jair Bolsonaro (PSL) — quase o dobro do déficit previsto para os cofres federais no ano que vem, que é de R\$ 139 bilhões.

Entre outros pontos, aprovaram a renegociação de dívidas de produtores rurais (R\$ 5,3 bilhões).

Em sua manifestação pela manhã, Guardia afirmou que iria analisar se o projeto está adequado à legislação.

“Temos de avaliar se está ou não adequado à Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a necessidade de compensação de benefícios que não estão previstos no Orçamento na análise que vamos fazer agora”, afirmou o ministro de Temer.

O entendimento legal da Fazenda é que, para contemplar a ampliação dos benefícios, seria necessário que o governo aumentasse alguma alíquota de imposto ou cortasse algum outro benefício, o que não está no radar. Não seria possível, por exemplo, cortar alguma outra despesa para fazer a compensação.

Foi o mesmo o que aconteceu quando o governo abriu mão de impostos para reduzir o preço do diesel, como parte do acordo para cessar a paralisação dos caminhoneiros, que travou o país em maio deste ano.

Na ocasião, o governo retirou benefícios a setores exportadores para compensar as perdas.

“Não tenho instrumentos para fazer isso, por isso vamos avaliar o projeto de lei aprovado ontem. Vamos analisar, mas estou externando minha preocupação com os requerimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse.

Em outra frente, a Fazenda recomendou a Temer que vete o projeto aprovado na última semana na Câmara dos Deputados, abrindo espaço para irresponsabilidade fiscal de prefeitos.

O texto pode livrar de punição municípios que ultrapassem o limite de gastos com pessoal. Temer tem até o dia 28 deste mês para decidir se veta o texto.

Hoje, caso ultrapasse o teto e não o restabeleça em até oito meses, a cidade fica impedida de receber transferências voluntárias, obter garantia e contratar operações de crédito até regularizar a situação fiscal.

O município fica proibido ainda de reajustar salários de servidores e de realizar novas contratações.

Apesar de caminhar para o recesso, o Congresso pode votar nesta quinta-feira (13) projeto que permite os entes federados repassar a administração de seus créditos para bancos em troca de antecipação de receitas.

Por falta de acordo, a divisão do Fundo Social (recursos do pré-sal) com estados e municípios, que também ampliaria o rombo nos cofres federais, foi abandonado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/12/2018****Seção: Mercado****Autor:****Título: TRT confirma suspensão de leilão da Eletrobras**

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região confirmou, nesta quarta-feira (12) que o leilão da distribuidora da Eletrobras no Amazonas, realizada na segunda (10) teve seus efeitos anulados por uma decisão liminar, publicada no mesmo dia.

O vencedor foi o consórcio Oliveira/Atem, único a participar da concorrência, realizada em São Paulo.

Logo após o martelo ser batido, chegou a notícia de que uma liminar da Justiça do Trabalho suspendia os efeitos do leilão.

Representantes da Eletrobras e do BNDES disseram que ainda não haviam sido notificados, mas sinalizaram que o resultado da concorrência não seria revisto.

Como não havia ficado claro se a liminar se aplicaria ao leilão da Amazonas energia ou apenas ao da Ceal (distribuidora em Alagoas), cuja venda está marcada para a próxima quarta-feira (19), a equipe da Advocacia Garcez, representante dos sindicatos, preparou embargos de declaração para que o tema fosse esclarecido.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/12/2018****Seção: Poder****Autor:****Título: Empresa de energia evoca presunção de inocência**

A defesa de Benjamim afirma que ele cumpre a decisão judicial ao se afastar do cargo e que o pagamento do salário é uma decisão da Cesp.

Em nota, o governo de São Paulo afirma que cumpriu a decisão da Justiça e o afastou do cargo: “O empregado encontra-se afastado das atividades públicas em caráter cautelar, conforme o determinado pelo Judiciário”.

A Dersa afirmou que Benjamim “ocupou o cargo de diretor financeiro até o dia 29 de maio de 2018, quando foi exonerado, e desde então não tem qualquer vínculo com a companhia”.

A Cesp confirmou que Benjamim integra seus quadros e, sobre os vencimentos dele, afirmou: “O empregado continua recebendo seus salários com base em análise jurídica, que traduz o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a redução de vencimentos de servidores processados criminalmente colide, entre outros, com os princípios constitucionais da presunção de inocência e da irredutibilidade de vencimentos”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/12/2018

Seção:

Autor: Luciana Collet

Título: Decisão judicial suspende leilão de distribuidora

O resultado do leilão da distribuidora da Eletrobrás no Amazonas está suspenso por ordem judicial. A decisão foi proferida na segunda-feira, mesmo dia em que se realizou o leilão, e confirmada ontem pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-1) Mário Sérgio Pinheiro. A suspensão atende a uma ação dos sindicatos de trabalhadores da Eletrobrás, que exigem que os impactos da venda sejam avaliados pelo Órgão Especial da Justiça do Trabalho.

A decisão se estende ao leilão da Ceal, de Alagoas, marcado para a próxima quarta-feira. Na segunda-feira, não havia ficado claro se a liminar anulava a venda da Amazonas energia ou apenas a da distribuidora de Alagoas. O BNDES, que realizou o leilão, e representantes da Eletrobrás afirmaram na ocasião que a liminar não afetava o certame, porque foi publicada após a batida de martelo e não citava nominalmente a Amazonas, mas apenas “os leilões remanescentes”.

O BNDES também alegou que não tinha sido intimado da decisão até a realização do leilão. Em comunicado ao mercado divulgado no mesmo dia 10, a Eletrobrás reforçou o entendimento de que, como a companhia não foi intimada da liminar na ocasião, “o único leilão que entende-se que poderia ser remanescente, se aplicável, é o da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), agendado para o próximo dia 19 de dezembro” e informou que tomaria as providências judiciais necessárias.

A Amazonas energia foi vendida para o consórcio formado pelas empresas Oliveira energia e Atem, da região Norte. Elas fizeram a única oferta pela

empresa. Como previsto no edital, a Eletrobrás assumirá R\$ 13 bilhões em dívidas da empresa amazonense, enquanto os compradores ficarão com R\$ 2,2 bilhões em débitos.

A maior parte das dívidas da unidade é com a Petrobrás, pelo fornecimento de combustíveis para térmicas da empresa. Os novos donos da Amazonas energia, que já haviam vencido o leilão da distribuidora Boa Vista, de Roraima, se comprometeram a fazer um aporte de R\$ 491 milhões na empresa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/12/2018

Seção: Economia

Autor: Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira

Título: Gasolina a R\$ 3,95 em postos do Plano

Os motoristas da capital aproveitaram ontem o baixo preço da gasolina em diversos postos da cidade. Na Asa Norte, era possível encontrar o combustível a R\$ 3,95. A expectativa, no entanto, é de que os preços não se mantenham abaixo de R\$ 4, já que a Petrobras anunciou ontem aumento de 1,12% no preço das refinarias, que passam a comercializar o litro a R\$ 1,6121. Neste mês, a alta já atinge 7,42% nas distribuidoras.

Apesar disso, nos postos houve queda nos últimos levantamentos do Correio. Ontem, o litro era vendido, em média, a R\$ 4,10, com queda de, aproximadamente, 3% em relação à pesquisa da semana anterior, de R\$ 4,22. Para o professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Piscitelli, a redução dos preços está relacionada ao valor do barril do petróleo no mercado internacional e a estabilização do câmbio.

Ele alerta, entretanto, que o mercado de commodities é muito volátil e o alívio agora pode não persistir. “É preciso estar atento e acompanhar as variações, não abastecendo logo no primeiro estabelecimento”, recomendou. Na opinião dele, a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em restringir a produção de 1,2 milhão de barris de petróleo por dia (bpd), a partir de janeiro de 2019, ainda não produziu efeito nos preços internacionais.

Nas bombas, quem agradece é o bolso do consumidor. O empresário Alan Barreto, 38 anos, já sentiu a redução, mas não comemora. “Por rodar o dia inteiro, gasto entre R\$ 300 e R\$ 400 por semana. Pesa muito no orçamento, mas reconheço que a queda é nítida”, disse. O empresário procura abastecer em um mesmo posto da cidade, por confiar na qualidade do combustível comercializado, o que ajuda no rendimento do veículo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/12/2018****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Camila Maia****Título: Indústria petrolífera vê nova gestão com otimismo**

Com boa parte da agenda atendida nos últimos dois anos, durante o governo Temer, e o viés liberal da equipe econômica do próximo governo, o mercado de petróleo e gás natural está otimista com relação à gestão de Jair Bolsonaro. Ainda que o capitão da reserva tenha indicado um almirante com conhecimento na área nuclear para comandar o Ministério de Minas e Energia, a indústria petrolífera prevê investimentos e oportunidades de negócios no próximo ano, principalmente pela provável continuidade do trabalho feito pela equipe energética atual.

Para 2019, os principais pontos de atenção estão relacionados à área da cessão onerosa. Primeiro, porque é esperada a conclusão da negociação entre União e Petrobras sobre a revisão do acordo da cessão onerosa. Em outra frente, o mercado aguarda a realização do "megaleilão" do excedente da cessão onerosa.

Para haver o leilão, porém, é preciso a aprovação no Senado do projeto de lei que permite à Petrobras vender até 70% de participação na cessão onerosa. Sem avanço no Senado até o momento, o governo tenta um "plano B", para viabilizar o leilão por meio de uma aprovação pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Apesar da incerteza em relação ao megaleilão, o mercado já trabalha com os dois leilões pré-aprovados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para 2019: a 6ª Rodada do pré-sal e a 16ª Rodada de licitações de áreas de concessão. Também está em vigor a partir deste ano a oferta permanente de blocos exploratórios em mar e terra pela ANP.

Para um executivo de uma grande companhia privada do setor, mesmo que o megaleilão do excedente não ocorra em 2019 e que o governo Bolsonaro patine no segmento de óleo e gás em seu primeiro ano de mandato, o total de áreas licitadas nos últimos dois anos já resulta em muito trabalho - e investimentos - para as petroleiras.

De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os leilões realizados em 2017 e 2018 e os previstos para o ano que vem, sem considerar o excedente da cessão onerosa, deverão

demandar a construção de 22 plataformas de produção de óleo e gás, com investimentos previstos de R\$ 504 milhões.

Para o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, as declarações públicas feitas pela equipe de Jair Bolsonaro na área de petróleo e gás estão alinhadas com o trabalho da autarquia. "Tenho conversado com ela [equipe de transição do governo Bolsonaro]. As conversas são muito boas. O que eles falam está muito alinhado com o que estamos fazendo. Mas não tenho mandato para falar por eles, sobre o que eles vão fazer", disse ele, em evento recente no Rio.

Outro ponto de atenção do mercado envolve a política de preços dos combustíveis. Ao que tudo indica, a subvenção ao diesel deve terminar no fim do ano e não ser renovada. Além disso, a Petrobras, sob seu futuro presidente, Roberto Castello Branco, deve manter os preços dos derivados alinhados com o mercado internacional.

"Ninguém sabe qual será a política do governo Bolsonaro para o setor de óleo e gás. Tivemos uma perspectiva com a indicação do presidente da Petrobras, que é bem alinhado com a política atual. Não esperamos que mude muito daquele conceito de paridade com a importação", afirmou Walter de Vitto, analista da Tendências Consultoria.

Uma incógnita ainda é a reforma do mercado de gás natural. A versão atual do projeto de lei sobre o assunto já está bem diferente da versão original oriunda do programa "Gás para Crescer". A regulação do mercado livre de gás, por exemplo, que seria uma atribuição da ANP, pela versão original, passou a ser de competência dos Estados, no novo texto. O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP) criticou as mudanças e defendeu que o tema volte a ser discutido pela nova legislatura.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Setor de gás e energia está otimista com novo governo

A expectativa das empresas de energia é que o governo Bolsonaro conduza uma reforma ampla do setor elétrico. Graças ao perfil liberal da equipe econômica chefiada por Paulo Guedes, a esperança é que a próxima gestão amplie o mercado livre, elimine os chamados subsídios cruzados e solucione o problema do risco hidrológico, que ainda trava o mercado de curto prazo.

O setor elétrico ainda vive os efeitos dos problemas regulatórios criados desde a implantação da polêmica Medida Provisória 579/2012, que definiu as regras para a renovação de concessões. Idealizada para forçar a redução dos preços nos casos de usinas com investimento amortizado, a medida acabou não dando certo e, no fim, impôs enormes prejuízos a estatais do setor. A Aneel deve ter destaque no enfrentamento dos problemas, mas especialistas defendem fortalecimento da autonomia da agência.

No setor de petróleo, os desafios imediatos são aprovar no Congresso o projeto de lei que trata da cessão onerosa, envolvendo a União e a Petrobras, e a política de subvenção ao óleo diesel, que acaba no fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Energia mira 2019 com misto de otimismo e incertezas

Os setores de energia elétrica, petróleo e gás natural vivem uma onda otimista com a agenda do novo governo para os dois setores, principalmente devido à formação liberal da equipe econômica do presidente eleito, Jair Bolsonaro. A indefinição sobre os nomes técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME), contudo, ainda levanta incertezas sobre quais serão as prioridades e qual será a velocidade com que o próximo governo vai agir para destravar problemas estruturais, principalmente no setor elétrico.

O nome do presidente da Petrobras foi um dos primeiros definido pelo futuro presidente, antes mesmo do ministro de Minas e Energia. O comando da principal empresa do país ficará com Roberto Castello Branco.

No comando do Ministério de Minas e Energia, foi nomeado o almirante Bento Costa Lima, mas ainda não foram divulgados os nomes dos secretários que serão responsáveis pelas principais pautas da pasta. A grande incógnita é qual será o plano de Bolsonaro para a Eletrobras. Ainda não há um sinal claro de que o próximo governo de fato dará continuidade à privatização da maior companhia de energia elétrica do país. O atual presidente da estatal elétrica, Wilson Ferreira Junior, declarou em várias ocasiões disposição em continuar no cargo, desde que o novo governo mantenha a agenda da privatização.

Na área de óleo e gás, a expectativa é mais positiva. A maior parte da agenda da indústria petrolífera foi atendida durante o governo Michel Temer, com destaque para a revisão da política de conteúdo local, a extensão do Repetro, o fim do operador único no pré-sal e o estabelecimento de cronograma plurianual de leilões de áreas exploratórias.

Os três temas mais relevantes na área petrolífera são o imbróglio da cessão onerosa - cuja solução será mais benéfica para o próprio governo, tendo em vista o potencial de arrecadação, do que para as petroleiras, incluindo a Petrobras -, a reforma do mercado de gás natural e a política de preços dos combustíveis.

Na área de energia, é bem verdade que o sucesso no leilão de privatização da Amazonas Energia retirou uma bomba-relógio do colo da equipe de energia do presidente eleito, Jair Bolsonaro, que teria que lidar com a liquidação da maior e mais problemática distribuidora da Eletrobras no primeiro dia de 2019.

Mas o setor elétrico ainda vive os efeitos da "colcha de retalhos" regulatória criada desde a implantação da polêmica Medida Provisória 579/2012, que definiu as regras para as renovação de concessões. A expectativa agora é que Bolsonaro consiga conduzir uma reforma ampla do setor elétrico, ampliando o mercado livre, eliminando subsídios cruzados e solucionando de vez o problema do risco hidrológico (GSF), que ainda trava o mercado de curto prazo.

Outro tema urgente é renegociação do contrato de Itaipu, que vence em 2023, e a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Com agenda intensa, setor elétrico aguarda definição de corpo técnico

O governo do presidente eleito Jair Bolsonaro terá uma agenda intensa no setor elétrico. Por enquanto, apenas o nome do ministro de Minas e Energia foi anunciado: o almirante Bento Costa Lima. Os nomes da sua equipe técnica ainda não foram anunciados, o que aumenta as incertezas sobre a direção que o governo vai tomar e quais pautas serão priorizadas.

"Comunicação, diálogo e capacidade de entendimento e equacionamento dos problemas, que são complexos, são os fatores que vão definir a linha de ação do governo e sua credibilidade entre os agentes do setor", disse Luiz Barroso, presidente da PSR e ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) durante o governo de Michel Temer. Para o especialista, para que uma agenda estruturante possa ser construída no médio prazo, o novo governo vai precisar se mostrar transparente e disposto a dialogar.

Apesar das incertezas sobre os rumos da equipe de energia do governo, o clima é de otimismo, com expectativas de que as medidas necessárias serão implementadas. É o caso do tema visto como prioridade no curtíssimo prazo: resolver a judicialização relacionada ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, sigla em inglês para a diferença entre a energia que as hidrelétricas venderam e o que foi efetivamente produzido), que ainda trava cerca de R\$ 7 bilhões nas liquidações do mercado de curto prazo de energia, e impede o aperfeiçoamento do mercado livre do país.

Renegociação do contrato de Itaipu é essencial para o planejamento de longo prazo de concessionárias

"Solucionar o GSF é condição essencial para se começar a falar em evolução e desenvolvimento do mercado livre. Isso precisa acontecer antes de mudanças como abertura do mercado e implementação de preço horário", disse Raphael Gomes, especialista no setor de energia do Demarest Advogados.

O problema é urgente, mas uma solução já discutida exaustivamente no setor está tramitando no Congresso, por meio de uma emenda incluída no Projeto de Lei do Senado (PLS) 209/2015. O texto, que já teve o aval da casa e está na Câmara, estabelece as regras para que a exposição das hidrelétricas ao mercado de curto prazo de energia não associada à hidrologia (como importação de energia e atraso nos projetos de transmissão) seja ressarcida por meio da extensão dos prazos de concessão.

Paralelamente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lidera conversas com os geradores que têm maior posição devedora no mercado de curto prazo de energia em busca de uma solução infralegal para acabar com a judicialização do GSF.

Solucionar o tema é visto como essencial para que outras pautas do mercado livre possam avançar. O Ministério de Minas e Energia lançou uma consulta pública para discutir a redução do limite de migração para o mercado livre de

energia, dos atuais 3 megawatts (MW) de carga para 2,5 MW em julho de 2019 e 2 MW a partir de 2020. Também em 2020, é prevista a implementação do preço horário no mercado de curto prazo. Hoje, ele é calculado semanalmente.

Segundo Gomes, resolver o imbróglio também é importante para que o Brasil possa atrair mais investidores para a área de geração, principalmente empreendimentos voltados para o mercado livre. "Se o setor elétrico estiver melhor estruturado, investimentos virão com força e a taxa de retorno exigida será menor", disse.

Em relação à necessidade de melhora da estruturação do setor elétrico, Barroso destaca a importância de continuidade das discussões iniciadas no governo atual, e que culminaram na conhecida consulta pública (CP) 33, que reforma o marco legal do setor elétrico e aborda temas como a expansão do mercado livre e a separação de lastro e energia. A privatização da Eletrobras é outro ponto que precisa ser retomado, de acordo com o especialista.

Antes de tudo, porém, é preciso resolver a questão do contrato da hidrelétrica de Itaipu, que vence em 2023. Hoje, essa energia é alocada em cotas dentro das distribuidoras de energia. A renegociação do contrato é essencial para o planejamento de longo prazo das concessionárias, que, neste ano, já fizeram contratação de novos projetos de geração para 2024. "Quanto mais cedo a distribuidora souber a contratação futura, melhor o seu planejamento", disse Barroso.

Pelo tratado assinado entre Brasil e Paraguai, cada país tem direito a 50% da geração de Itaipu, mas o Paraguai consome cerca de 20% do total, e vende o restante ao país. Com o fim do contrato, o governo paraguaio pode exigir um preço mais elevado na renegociação, o que afetará o portfólio das distribuidoras. "Há ainda a discussão sobre a forma como essa energia de Itaipu será comercializada, se ficará no mercado cativo [das distribuidoras], se vai para o livre, se vai ser cota", disse Barroso.

Em linhas gerais, as expectativas dos especialistas e empresários são otimistas quanto aos rumos do setor a partir de 2019. "O setor elétrico é o embrião para a retomada do crescimento econômico no Brasil, é fundamental que gere confiança, pois trará impactos maiores na economia", disse Barroso.

"Temos expectativa favorável em relação a 2019. Estamos fechando as projeções, que apontam para retomada de crescimento, consolidação do quadro macro geral, taxa de juros baixa, inflação controlada e crescimento

econômico retomando, com alta do PIB próxima de 3%", disse Miguel Setas, presidente da EDP Energias do Brasil, depois de participar de evento do setor eólico no início da semana.

O início do ciclo de crescimento sustentado levanta ainda a necessidade de contratação de novos projetos de geração de energia. "Suspeito que, se o Brasil crescer novamente a taxas razoáveis, voltaremos a ter problemas de oferta de energia", disse ontem Maria Silvia Bastos Marques, ex-presidente do BNDES e presidente do Goldman Sachs no Brasil.

(Com colaboração de Estevão Taiar, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum

Título: Justiça ratifica que suspensão de leilões vale para Amazonas Energia

SÃO PAULO - A Eletrobras informou na noite de quarta-feira que o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região Mário Sérgio Pinheiro ratificou, no mesmo dia, o entendimento que a decisão de suspender a eficácia dos leilões de privatizações de distribuidoras se estendia à Amazonas Energia, vendida para um consórcio formado pelas empresas Oliveira Energia e Atem na segunda-feira.

Na nota, a Eletrobras limitou-se a informar que "está avaliando as decisões" e suas consequências.

A ratificação do entendimento ocorreu em recurso de embargos de declaração interposto pelos autores do processo original, um conjunto de sindicatos de trabalhadores nas indústrias urbanas. Esses embargos foram indeferidos pelo desembargador.

Em sua decisão, o desembargador Pinheiro disse que a decisão que suspendia os leilões se estendia à Amazonas Energia e que a Eletrobras insistiu em descumpri-la, "não obstante a clareza palmar do provimento jurisdicional em questão".

“A decisão embargada, com todas as letras, deferiu ‘parcialmente a liminar para subordinar a eficácia da concretização dos leilões remanescentes à apreciação a ser feita pelo colegiado do Órgão Especial acerca do mérito do agravo’”, diz trecho da decisão. “Ora, se restavam os leilões da Amazonas S.A. e da Ceal [distribuidora da Eletrobras no Alagoas], claro está que são esses os ‘leilões remanescentes’.”

No dia do leilão da Amazonas Energia, o desembargador Marcos de Oliveira Cavalcante, do mesmo Tribunal, concedeu liminar suspendendo o certame, mas a Eletrobras seguiu com a venda alegando que não foi intimada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum

Título: Eletrobras paga US\$ 15 milhões para se livrar de ação coletiva nos EUA

SÃO PAULO - A Eletrobras informou na manhã desta quinta-feira (13) que o Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York aprovou em definitivo o acordo fechado pela companhia em ação coletiva movida por investidores de American Depositary Shares (ADS).

A companhia e os investidores apresentaram o acordo para apreciação inicial do Tribunal em 29 de junho. Ele prevê o pagamento de US\$ 14,7 milhões pela Eletrobras em troca da exoneração completa de quaisquer acusações e responsabilidades da empresa e executivos. O Tribunal aprovou o acordo, de forma preliminar, em 17 de agosto.

Com a decisão, o processo foi extinto com julgamento de mérito.

Ainda cabe recurso da decisão em até 30 dias, quando a ação transitará em julgado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 13/12/2018**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Destaques

EAS demite 500 pessoas

Sem garantia de novas encomendas, o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Ipojuca (PE), demitiu ontem 500 funcionários. Somente neste mês, já foram 800 desligamentos na empresa, que deve encerrar o ano com cerca de 2.100 funcionários. Em setembro, o EAS firmou dois memorandos de entendimento - um deles com a Maersk - que lhe garantiriam mais quatro encomendas e sobrevida de pelo menos mais dois anos. As definições sobre o acordo, no entanto, estão demorando mais do que o previsto, forçando o EAS a fazer ajustes no quadro de funcionários agora. Para se concretizarem, os memorandos dependem de uma complexa estrutura de financiamento, que inclui a disponibilização recursos do Fundo da Marinha Mercante para garantia de empréstimos que seriam concedidos por bancos privados, como o Credit Suisse. A previsão é de que as definições sobre isso saiam em janeiro.

Cepisa abre PDV

A Equatorial Energia informou ontem que sua controlada Companhia Energética do Piauí (Cepisa) lançou, na segunda-feira, um programa de demissão voluntária (PDV). A Equatorial destacou que a implementação do programa não irá afetar a qualidade dos serviços prestados pela Cepisa. Poderão aderir ao programa os funcionários que preencham os requisitos estabelecidos no regulamento. A Equatorial concluiu a compra da Cepisa em outubro, após ter arrematado a empresa em leilão realizado em julho. A empresa pertencia à Eletrobras.

Cesp vai mudar conselho

A Cesp vai confirmar em janeiro os nomes de João Henrique Batista de Souza Schmidt como presidente do conselho de administração e de Raul Almeida Cadena como vice. A assembleia geral extraordinária (AGE), marcada para dia 11 de janeiro, também deve aprovar a redução de dez para oito o número de membros do conselho de administração e eleger cinco conselheiros. Na terça-

feira foi concluída a transferência do controle da Cesp para o consórcio São Paulo Energia, constituído pela Votorantim Energia e Participações e pela SF Ninety Two.

Celeo tem registro de S.A.

A CVM concedeu ontem registro de companhia aberta à Celeo Redes Transmissão de Energia. O registro foi para a categoria B, que permite a emissão de dívidas, como debêntures e notas comerciais. O pedido foi protocolado em setembro. A Celeo Redes Transmissão de Energia é controlada pela Celeo Redes Brasil, empresa sediada no Rio de Janeiro, constituída em 2001 como Elecnor Transmissão de Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner, Murillo Camarotto, Edna Simão e Fábio Pupo

Título: TCU pede mais dados e Guardia defende PL da cessão onerosa

Eduardo Guardia, ministro da Fazenda: “Não vejo como se definir data do leilão dos excedentes agora”

No mesmo dia em que o Tribunal de Contas da União (TCU) pediu mais informações para avaliar a revisão do acordo da "cessão onerosa" do pré-sal, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu que o projeto de lei que dá segurança jurídica a essa negociação entre Petrobras e União é o instrumento mais adequado para viabilizar o acerto e garantir o futuro leilão das áreas excedentes do pré-sal para o setor privado.

De acordo com ele, mesmo que houvesse uma eventual autorização da Corte de Contas para a continuidade do processo, o que acabou não ocorrendo, a atual gestão não vai assinar um acordo com a estatal sem o respaldo do Congresso Nacional. Assim, o ministro disse que não deve ocorrer qualquer anúncio de data de leilão das áreas excedentes até o fim do ano.

"Para que o TCU se pronuncie, é necessário o envio complementar dos estudos técnicos e econômicos que embasaram a proposta de aproveitamento dos

volumes excedentes nas áreas destinadas à produção da cessão onerosa, bem como de novas minutas de termo aditivo ao contrato, que no conjunto forneçam elementos para possibilitar a análise integrada dos parâmetros", diz um trecho do parecer aprovado ontem pelo Tribunal.

Nas últimas semanas, esquentaram as discussões sobre o tema, na esteira do projeto de lei (PL) que está pendente de votação no Senado. Isso porque os parlamentares, inicialmente com respaldo do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, queriam incluir no texto a previsão de divisão dos recursos com governadores e prefeitos. O problema é que isso afetaria o teto de gastos e aumentaria riscos de descumprimento da regra de ouro das contas públicas - dispositivo constitucional que veda que se faça dívida que não seja para financiar investimentos.

Ao saber desses problemas pela atual equipe econômica, Paulo Guedes também mudou de posição. Nesse sentido, o futuro ministro passou a tentar conseguir o respaldo do TCU para poder fechar o acordo com a Petrobras e permitir o leilão que garantirá receitas elevadas para o governo reduzir o rombo fiscal no ano que vem.

Assim, o impasse foi instalado e o PL, que foi aprovado na Câmara, está parado no Senado. O presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), tem mostrado irritação tanto com a atual como com a futura equipe econômica. Ontem, em uma entrevista agressiva, o senador prometeu revidar o que considera uma tentativa de se "driblar" o Congresso no caso da cessão onerosa, por meio do TCU.

Ele prometeu entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra um eventual acordo entre TCU e governo, sem que haja partilha de recursos com os entes federados. "Não posso aceitar. Entrarei com uma Adin se o art. 20 da Constituição brasileira for desobedecido por quem quer que seja, achando que se sobrepõe ao Congresso Nacional", afirmou. O artigo mencionado trata da partilha dos recursos decorrentes da exploração de petróleo entre os entes da federação.

Guardia afirmou não ver "como" ainda neste ano ser marcado o leilão, sem a aprovação do projeto de lei, apesar de reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a ser feita no dia 17 de dezembro ter possibilidade de discutir o tema. "Com amparo legal e acordo com a Petrobras, podemos começar a falar

no novo modelo de exploração desses campos. Não vejo como se definir data do leilão dos excedentes agora", disse.

Na entrevista que concedeu aos jornalistas ontem, Guardia enfatizou que não está debatendo a eventual "alternativa" ao projeto de lei. "Não estou discutindo isso com o TCU. Essa consulta formal não foi feita", disse.

O ministro afirmou que já há um acordo entre União e Petrobras sobre quem é credor ou devedor na renegociação, mas evitou dar detalhes, dizendo que há um acordo de confidencialidade firmado entre as partes. Nos bastidores, aponta-se que a União deverá pagar à empresa e há também uma preocupação de como essa despesa vai afetar o teto de gastos (ver coluna do jornalista Ribamar Oliveira: (colaborou Vandson Lima)

MME / ASCOM .